

Dupla face da recessão

GAZETA MERCANTIL

Economia - Brasil

por José Casado *7-11-83*
de São Paulo

A política de ajustamento econômico posta em prática pelo governo federal, nos últimos três anos, está fazendo com que os setores público e privado caminhem em direções diametralmente opostas: na recessão dos últimos três anos, por exemplo, apenas a indústria paulista de transformação, que é responsável por 60% do Produto Industrial, demitiu 450 mil empregados, enquanto as empresas estatais federais, estaduais e municipais admitiram 200 mil novos funcionários.

Essa constatação é da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que fez uma importante pesquisa comparativa das perdas e ganhos acumulados pelos setores público e privado, nessa crise econômica, provando aquilo que já há algum tempo empresários e economistas, da situação e até da oposição, vêm afirmando com ênfase: o custo da recessão está recaindo, quase totalmente, sobre o setor privado.

É indiscutível que a iniciativa privada deste país está pagando, praticamente sozinha, o preço dessa brutal recessão", observa Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presidente da FIESP, acrescentando: "O governo não está conseguindo ajustar a gerência das empresas públicas e toda a conta do ajuste da economia brasileira está caindo na mesa do setor privado".

O estudo, em fase final de redação, deverá ser encaminhado à Presidência da República provavelmente ainda nesta semana.

Analisando um amplo período de dezesseis anos, entre 1966 e 1982, a FIESP constatou que o número de empregados na indústria paulista caiu 20%, mas nas estatais federais, estaduais e municipais, ao contrário, houve um aumento substancial, de 24%, no quadro funcional.

"Nossos dados, cuja fonte primária é o próprio governo, mostram que a crise só existe no setor privado", comenta Paulo Francini, diretor do Departamento de Economia da FIESP e

um dos coordenadores da pesquisa.

Um dos pontos que ele considera mais relevantes dessa pesquisa é a constatação de que as empresas estatais são responsáveis, atualmente, por 7% dos empregos e que detêm uma fatia de 14% da folha de salários do País. Na administração direta e autarquias a relação é de 20% no total de empregos e 19% dos salários. No setor privado, o diferencial é ainda mais acentuado: mantém 73% dos empregos e 67% dos salários.

Esse quadro, para Francini, "prova que existe uma grande folga na área das empresas estatais, apesar da recessão, e também que, para continuar mantendo essa folga operacional, o governo transferiu o ônus da recessão para o setor privado".

Agora, o governo encontra-se numa "posição frágil" para executar seu programa econômico, segundo Vidigal Filho, "exatamente porque, para transferir ao setor privado todo o custo da recessão, esgotou os instrumentos econômicos disponíveis (deman-

da, impostos, crédito, emprego) e até sua capacidade de gestão política, com o uso excessivo do instituto do decreto-lei; só lhe resta mexer com as estatais, mas até hoje não vi coragem para isso".

Há intenções, conforme disse Carlos Viacava, diretor da Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil, ao editor Pedro Cafardo: para o próximo ano, por exemplo, programa-se um corte de US\$ 200 milhões nos gastos das empresas estatais com importações, que totalizariam US\$ 2,6 bilhões (US\$ 2,8 bilhões neste ano).

O setor privado ganharia, em 1984, uma folga de US\$ 1,3 bilhão, para gastos em compras externas, em relação a este ano, podendo chegar ao limite de US\$ 5,2 bilhões. Mas esse adicional seria viabilizado, basicamente, pela queda dos preços do petróleo, que permitiria economia de US\$ 1,1 bilhão, no próximo ano, e não pela contenção dos gastos das estatais.

Permanece a questão principal, lembrou Vidigal Filho, ao ser homenageado, sexta-feira, em Porto Alegre: "O problema é de gerenciamento do setor público, e não há nada de concreto, por enquanto, que indique uma real disposição de contenção dos gastos nesse setor da economia".

Junto com oito líderes empresariais gaúchos, Vidigal Filho reivindicou, em Porto Alegre, uma redução efetiva do déficit público, através de maior controle sobre as decisões de investimento e de gastos das estatais.